

INTERVENÇÃO DO SUBSECRETÁRIO REGIONAL DAS PESCAS NO DEBATE SOBRE O PLANO REGIONAL ANUAL E ORÇAMENTO DE 2010

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo

Senhoras e Senhores Membros do Governo

As propostas para o sector das pescas, constantes no Plano para 2010, não só dão cumprimento ao Programa do X Governo dos Açores, como evidenciam claramente uma vontade política de continuar a apostar num sector que é um pilar, humano e económico, histórico na nossa Região.

A pesca, desde o povoamento dos Açores, tem sido sempre uma actividade indispensável para o nosso auto-abastecimento alimentar, com nutrientes saudáveis de elevada qualidade, e que para além disso, cria riqueza e emprego, dando sustentabilidade financeira a um número significativo de famílias da nossa população, em todas as ilhas do nosso arquipélago.

O aumento do consumo de pescado na União Europeia, quer por razões nutricionais e de saúde pública, quer pelo aumento do nível de vida da sua população, tem conduzido a uma sobre-exploração dos recursos marinhos no continente europeu, existindo actualmente uma pressão dos representantes de algumas frotas europeias, de maior capacidade, para se liberalizar ainda mais o acesso às ZEE das regiões comunitárias que têm os recursos ainda em boas condições, para conseguirem fazer face ao aumento da procura de pescado e contrariar a quebra de produtividade das águas onde exercem actualmente a sua actividade.

Por isso, é essencial defender, sempre e em todas as circunstâncias, a aplicação do princípio da precaução, para que a pesca nas nossas águas seja exercida de acordo com a situação dos nossos stocks pesqueiros, porque estes não são inesgotáveis e a sua perenidade depende sempre de uma actividade extractiva que não conduza ao colapso dos nossos recursos.

O processo de recuperação da nossa Zona Económica Exclusiva que colocámos nos Tribunais Europeus, por falta de cumprimento das regras que estão definidas na própria política comum de pescas, tem constituído por si só, também, ao longo destes anos, um instrumento de influência junto da União Europeia para conseguirmos encontrar mais mecanismos de protecção do nosso património pesqueiro, como foi o caso da proibição da utilização de artes mais depredadoras nas nossas águas,

Mas, neste ano, conseguimos também dar mais um passo em frente na defesa do nosso mar e dos nossos recursos piscatórios. Conseguimos que a Comissão Europeia aceitasse e assumisse finalmente a existência de uma região biogeográfica marinha específica para a Macaronésia, que contempla apenas as águas das ZEE dos Açores, da Madeira e das Canárias.

Com esta decisão, de grande importância para a nossa Região, separou-se finalmente, em termos de habitats marinhos, as águas insulares das águas continentais europeias, o que nos permite evoluir, para a defesa de uma gestão específica do nosso mar, com maior consistência e com mais apoio, até dentro da própria política marítima europeia.

Nesta legislatura, aproveitando a oportunidade da revisão da política comum de pescas europeia, vamos reforçar a nossa luta para que sejam reintroduzidos, de forma permanente, os mecanismos de protecção da nossa ZEE, que já existiram durante dezoito anos no regime comunitário de acesso aos recursos marinhos, mas que foram retirados em 2004, com a postura desleal das forças políticas que governaram o nosso País naquela altura e que não tiveram em conta os interesses estratégicos da nossa Região.

Em matéria de protecção do nosso mar, não posso deixar de referir a importância que as parcerias com o Departamento de Oceanografia e Pescas têm tido para nós, seja a nível regional, para instituímos regras na pesca adequadas aos nossos stocks, como também, têm permitido alicerçar a defesa dos nossos interesses na União Europeia, com base em argumentação científica sólida, de qualidade e com credibilidade.

Num momento em que se reabre o debate sobre a gestão das pescas na Europa, consideramos que é altura de uma evolução dos conselhos consultivos a nível europeu, separando as águas e criando um conselho consultivo próprio das regiões ultraperiféricas, que seja um agente activo e influenciador de políticas de discriminação positiva para o sector das pescas da nossa Região e que permita também contribuir para blindar as nossas águas da entrada de outras frotas comunitárias.

Numa altura em que alguns dos nossos recursos estão numa situação de plena exploração, é importante estender o controlo a todas as actividades do sector das pescas, para garantir não só a sustentabilidade, como também a própria rentabilidade de toda a fileira da pesca.

Em matéria de fiscalização, a Inspeção Regional das Pescas, não só irá incrementar a sua actividade no arquipélago, como intensificará também o planeamento conjunto de missões a serem executadas pelos departamentos nacionais que têm a seu cargo a fiscalização do Mar dos Açores.

A reforma que fizemos no nosso sector regional das pescas é, hoje, perfeitamente visível a toda a sociedade açoriana. Requalificámos e desenvolvemos a frota, as infra-estruturas portuárias e os equipamentos públicos de apoio, passando o sector das pescas a um patamar de qualidade muito superior ao que existia no tempo em que o investimento público nas pescas só se resumia, praticamente, à fileira do atum.

Progredimos de facto muito, nestes últimos anos, nas condições de apoio aos nossos pescadores, mas queremos fazer mais nesta legislatura, porque quanto melhor forem as facilidades logísticas disponibilizadas aos nossos pescadores, mais reforçada sairá a competitividade e a produtividade da nossa actividade pesqueira.

Por isso, iremos continuar a investir na nossa rede de infra-estruturas públicas de apoio ao sector, em todas as ilhas da nossa Região, destacando, pela sua importância, a criação de um porto de abrigo na costa norte de São Miguel, através da ampliação do porto de Rabo de Peixe, cujos estudos iremos desenvolver no próximo ano.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo

Senhoras e Senhores Membros do Governo

No que respeita à competitividade, necessitamos de continuar a melhorar a qualidade de conservação dos nossos produtos da pesca para obter uma maior valorização do pescado capturado no nosso mar. Por isso, iremos também intensificar a reforma da nossa rede regional de frio e de gelo, para melhorar a qualidade e ficarmos com um moderno sistema ao serviço de todo o sector das pescas.

A entrada da Lotaçor nos circuitos da comercialização de pescado, em parceria com as associações de toda a fileira da pesca, introduziu maior concorrência, evitou uma quebra grande de preços em lota e começa a dar os primeiros passos para uma maior dimensão empresarial a nível regional, que permita diminuir o número de intermediários no continente europeu, que são, no fundo, aqueles que têm grandes lucros no negócio do pescado que é capturado nas nossas águas e que é exportado pelas nossas empresas de comercialização. É nossa intenção aprofundar estas parcerias para que a economia da pesca açoriana tenha possibilidade de crescer e de se desenvolver em torno de um sector melhor organizado.

Em matéria de comercialização de pescado, iremos também iniciar, em parceria com o INOVA, um projecto de desenvolvimento tecnológico e de promoção do nosso pescado, que permitirá diversificar a forma de apresentação de alguns produtos da pesca e valorizará algumas espécies que actualmente tem menor valor comercial.

Estamos também empenhados em aumentar a competitividade dos nossos armadores e pescadores através da melhoria da eficácia, segurança e condições de vida a bordo na nossa frota de pesca. Continuaremos, por isso, a disponibilizar verbas significativas para apoio à construção e modernização de embarcações de pesca, no âmbito de uma medida excepcional que conseguimos, no final de 2008, junto da União Europeia, para que o trabalho no mar seja exercido com melhores embarcações e melhores equipamentos, mas, obviamente, sempre num quadro de pesca sustentável.

No que respeita à vertente da valorização humana, iremos promover a certificação dos nossos marítimos da pesca, aproveitando o alargamento das nossas competências que conquistámos no nosso Estatuto, de forma a tornar o acesso à profissão de pescador menos burocratizado e mais de acordo com as características do nosso arquipélago.

Mas o nosso sector das pescas também inclui a fileira da transformação, uma actividade com tradição firmada no nosso arquipélago, com grande relevância económica e social, e que não só desempenha um papel fundamental no escoamento da produção da nossa frota pesqueira, como origina um produto artesanal de grande qualidade, que contribui para desenvolver a nossa economia e que, ao mesmo tempo, também contribui para promover os Açores a nível nacional e internacional. Por isso, iremos proporcionar a sua modernização, para que a nossa indústria se torne mais competitiva, no mercado global onde actualmente se insere.

Neste próximo ano iniciaremos projectos de aquicultura, com base num pequeno número de espécies marinhas típicas das nossas águas, numa estratégia assente numa produção em quantidades limitadas, de qualidade e sem causar dano ao nosso ambiente marinho. Queremos complementar as actividades tradicionais, com novos produtos do mar, para atingir nichos de mercado de qualidade, de forma a introduzir na nossa Região, uma nova actividade ligada ao mar que desenvolva a nossa economia.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo

Senhoras e Senhores Membros do Governo

A conjuntura que actualmente o sector europeu das pescas atravessa é uma oportunidade para instituímos uma melhor e mais eficiente organização do nosso sector das pescas.

O investimento previsto neste plano e a qualidade dos nossos agentes das pescas, alicerçados numa actividade sustentável e na qualidade do nosso pescado, garantem uma inovadora rota para a evolução do nosso sector das pescas.